



WRM BOLETIM

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais



[boletim imprimível](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

número 111 - Outubro 2006

NOSSA OPINIÃO

- [Propostas razoáveis para a Convenção sobre Mudança Climática](#)

COMUNIDADES E FLORESTAS

- [Amazônia: IIRSA à grande, em busca de negócios](#)
- [Bolívia: projeto de barragens no Brasil ameaça a vida das comunidades amazônicas](#)
- [Laos: que sabia a SmartWood quando emitiu o certificado?](#)
- [Libéria: nova Lei Florestal provoca esperanças e dúvidas](#)

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- [Austrália: ONGs denunciam esquema de certificação do AFS](#)
- [Índia: espécies diferentes nas plantações, problemas iguais](#)
- [Indonésia: problemas na fábrica. A UFS abrirá nova fábrica de lascas de madeira](#)
- [Estados Unidos: oposição à Conferência dos EUA sobre Plantações de Rápido Crescimento](#)
- [IFS: um esquema de certificação da indústria florestal para a indústria florestal](#)

EM DESTAQUE: MUDANÇA CLIMÁTICA

- [As mulheres na vanguarda da reversão da mudança climática](#)
- [Os biocombustível não apenas não resolvem como também agravam a mudança climática](#)
- [O Banco Mundial: um comerciante de carbono que não tem nada de neutral](#)
- [Árvores transgênicas: contradições nas Convenções das Nações Unidas](#)

NOSSA OPINIÃO

- **Propostas razoáveis para a Convenção sobre Mudança Climática**

Hoje parece que todas as pessoas concordam em que o clima da Terra está mudando em decorrência direta das atividades humanas e que as conseqüências sociais, ambientais, políticas e econômicas serão catastróficas se nada for feito –e rapidamente– para abordar o problema.

A 12ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática será realizada em Nairobi, Quênia, de 6 a 17 de novembro. Lamentavelmente, até agora a Convenção tem mostrado que a cobiça humana tem prevalecido sobre a inteligência humana e tem estado dominada por interesses que ligam muito pouca importância ao meio ambiente e as pessoas e muita importância ao dinheiro.

Portanto é necessário pensar em termos do que realmente precisa ser feito para evitar a ameaçadora

crise climática e não de quanto dinheiro vai obter-se ou perder-se em diferentes cenários.

É um fato bem conhecido que as principais causas da mudança climática se relacionam com o consumo de combustível fóssil (carvão, petróleo e gás) e em menor grau com o desmatamento, e que as duas ocasionam emissões de carbono principalmente responsáveis do aquecimento global.

No entanto, essas duas causas são totalmente diferentes. O carbono armazenado nos combustíveis fósseis não faz parte do ciclo biosférico do carbono. Depois de extraído e queimado, esse carbono se acrescenta à reserva de carbono da superfície e nunca jamais retornará a sua forma subterrânea original de petróleo, carvão ou gás. O uso do combustível fóssil é portanto, falando em termos práticos, uma causa irreversível da mudança climática.

É por isso que o uso do combustível fóssil deveria agora ser considerado uma provocação ambiental extrema que não pode ser “compensada” de nenhuma maneira. Se os governos tivessem adotado esse enfoque quando o Protocolo de Kyoto foi convencionado em 1997, agora poderíamos estar avançando para um mundo livre de combustível fóssil, com um futuro climático mais brilhante.

As emissões de carbono que decorrem do desmatamento são diferentes, porque o carbono armazenado na biomassa das florestas faz parte –e sempre tem feito parte da reserva de carbono da superfície. Isso significa que se o desmatamento for revertido através do restabelecimento das florestas –o que não é sinônimo de plantações de monoculturas de árvores- as crescentes florestas provavelmente “absorverão” porção do carbono liberado quando a floresta foi destruída ou degradada.

Considerando o que antecede, se os governos quiserem realmente abordar a mudança climática, devem comprometer-se a:

- retirar gradativamente os combustíveis fósseis em pouco tempo
- deter e reverter o desmatamento em pouco tempo

No entanto, nem todos os países são igualmente responsáveis pela mudança climática. O Norte industrializado tem a maior responsabilidade pelo problema, e está obrigado a implementar soluções para o problema que tem criado. Como concordam a maioria dos expertos, também possui os recursos financeiros e técnicos para fazer possível a retirada gradativa dos combustíveis fósseis.

A responsabilidade do Norte é muito clara no caso das emissões do carbono fóssil relacionado com o combustível, a maioria das quais eles têm liberado na atmosfera desde o começo da Revolução Industrial. Mas é igualmente claro que a maior parte do desmatamento que está acontecendo no Sul também está relacionado com o Norte. A produção de produtos como soja, carne, camarões, azeite de dendê, madeira, pasta e papel, minerais –todos os que causam perda de florestas- acabam principalmente nos mercados do Norte, enquanto as instituições lideradas pelo Norte como o FMI e o Banco Mundial impõem políticas ao Sul que necessariamente causam mais desmatamento.

Portanto é necessário que os governos do Norte se comprometam a:

- colocar a disposição todos os recursos financeiros e técnicos requeridos para retirar gradativamente os combustíveis fósseis em pouco tempo –tanto no Norte quanto no Sul
- introduzir mudanças pertinentes a suas economias e políticas para fazer com que seja possível deter e reverter o desmatamento em pouco tempo
- assegurar-se que os países e povos do Sul se beneficiem com essas mudanças e não sejam negativamente atingidos por elas. Entre outras coisas, isso significa que não se implementem

monoculturas de árvores em grande escala ou bio-combustível em suas terras.

Portanto, a Convenção precisa afastar-se dos planos de comércio de carbono complicados e fraudulentos nos que tem estado envolvida durante os passados nove anos. Como sinal de mudança, deveria cessar de considerar o uso de plantações de árvores como sumidouros de carbono e excluir imediatamente a possibilidade de usar árvores geneticamente modificadas nessas plantações. Ao mesmo tempo, deveria começar a abordar seriamente os assuntos de como retirar gradativamente os combustíveis fósseis e como deter o desmatamento.

Tudo isso é somente senso comum –apesar de que é totalmente diferente das falsas soluções que os negociadores climáticos do governo vão passar a maior parte do tempo discutindo quando se reúnem em Nairobi.

Logicamente, muitos interesses criados se opõem ao senso comum. Mas o principal interesse criado que deveria ser levado em conta é a humanidade no todo, cujo futuro depende do que é feito –ou não é feito- pelos governos envolvidos neste processo.

início

COMUNIDADES E FLORESTAS

- Amazônia: IIRSA à grande, em busca de negócios

Atualmente, o desenvolvimento da infra-estrutura em nome da integração econômica regional é uma das maiores ameaças para a sustentabilidade ambiental e a justiça social. A Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) é um exemplo dessas novas tendências. A IIRSA propõe uma série de mega-projetos de alto risco que ocasionarão um enorme endividamento, além de profundas mudanças nas paisagens e nas formas de vida da região. Nesse quadro desenvolvimentista, as montanhas, as florestas e as zonas úmidas são consideradas barreiras para o desenvolvimento econômico e os rios se transformam em meios para a extração dos recursos naturais.

A IIRSA é coordenada pelos 12 governos sul-americanos, com o apoio técnico e financeiro de bancos multilaterais e nacionais. Consiste em 10 eixos de integração econômica que cruzam o continente e que requerem grandes investimentos com transporte, energia e telecomunicações, e pelo menos 7 processos setoriais de integração, desenhados para harmonizar os quadros regulamentares entre os países.

Até agora se definiram para seu financiamento mais de 40 mega-projetos compostos e centenas de projetos menores de melhoramento de infra-estrutura com um custo total de dezenas de bilhões de dólares dos EUA. Esses enormes custos contribuirão ainda mais com a dívida pública regional, a que já é insustentável. Em virtude de sua magnitude e a escala de seus potenciais impactos, muitas organizações ambientais fazem referência à IIRSA como um “giga-projeto.”

A IIRSA, na verdade, é um espaço de inúmeras disputas e controvérsias que muito pouco tem a ver com os supostos benefícios aos pobres, o que não é nenhuma novidade considerando os interesses políticos e econômicos envolvidos e o montante de recursos financeiros circulantes. Além dos governos dos 12 países sul-americanos, estão envolvidos diretamente na IIRSA velhos e novos

conhecidos do setor financeiro, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF), o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Rio da Prata (Fonplata), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco Mundial (Bird) e grandes empresas.

A combinação dos investimentos para a construção de rodovias, hidrovias e barragens propostas sob a IIRSA, com investimentos significativos do setor privado na extração de recursos e a agroindústria (por exemplo, a soja), não apenas terá efeitos diretos sobre a biodiversidade, mas também terá efeitos indiretos sobre os camponeses e os trabalhadores agrícolas. Historicamente isso tem resultado no deslocamento dos povos rurais e indígenas, a migração massiva e o desmatamento. Todos esses desenvolvimentos potencialmente minam a viabilidade do setor de pequenos agricultores da região, parques nacionais estabelecidos, territórios indígenas e reservas de biodiversidade. Muitos dos projetos propostos pela IIRSA são na realidade velhos projetos nacionais de infra-estrutura que se integraram no marco regional no intuito de avigorá-los. Os impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos em áreas como os Andes, a Bacia Amazônica, o Mato Grosso, o Pantanal e os rios Paraguai e Paraná serão significativos e em muitos casos, irreversíveis.

A Amazônia está sendo incorporada compulsoriamente à estratégia de integração patrocinada pela IIRSA. Partes do território amazônico que interessam ao grande capital estão sendo alvos de investimentos que buscam inseri-las na dinâmica da globalização capitalista com sua lógica de desigualdade e exclusão. O eixo Amazonas cobre quase 1.000 milhas da bacia amazônica, da costa Pacífica à Atlântica. Inclui partes do Brasil, da Colômbia, do Equador e do Peru, bem como o rio Amazonas e a maioria de seus principais afluentes. Abrange uma área de 4.500 milhões de quilômetros quadrados e aproximadamente 52 milhões de habitantes. Possui quase a metade do total da biodiversidade mundial e entre 15 e 20 por cento do fornecimento de água potável.

Atualmente, o eixo amazônico inclui 54 projetos IIRSA divididos em 7 grupos de projetos, a maioria dos quais estão organizados ao redor dos mananciais dos afluentes do rio Amazonas. A Amazônia brasileira integra três eixos previstos pela IIRSA: o do Amazonas (Amazonas, Pará e Amapá), o do Escudo Guianês (Roraima e Amapá) e o do Peru-Brasil-Bolívia (Acre, Rondônia, Amazonas e Mato Grosso). Fazem parte da lista IIRSA - Amazônia brasileira a construção de complexos hidrelétricos; linhas de transmissão entre hidrelétricas; construção e adequação de rodovias; construção de portos; planta de celulose; plantas de processamento de soja, café instantâneo e embalagem de carne; e transporte ao longo de mais de 6.000 km de vias fluviais navegáveis, como forma de acrescentar o movimento de produtos e a saída de recursos naturais.

Em relação à construção de novas hidrelétricas na Amazônia, estas têm a função de gerar energia principalmente para os centros econômicos mais dinâmicos; viabilizar a expansão das hidrovias e de atividades produtoras de mercadorias com grande aceitação no exterior –a soja, por exemplo-; bem como abastecer as plantas industriais que necessitam de grande quantidade de energia, como a empresa de alumínio ALBRAS- Alunorte, de Barcarena (PA).

Uma característica da IIRSA é que costuma ser uma ilustre desconhecida não somente das lideranças comunitárias locais, mas de empresários locais, dirigentes de órgãos federais, membros do Judiciário e parlamentares, entre outros. As decisões sobre este novo ordenamento territorial, bem como sobre os projetos de infra-estrutura destinados à região, não são discutidas com os governos estaduais e municipais, muito menos com os movimentos sociais, as organizações não-governamentais e as instituições de ensino e pesquisa amazônicas, entre outras.

A luta pelo acesso e controle dos recursos naturais da Amazônia tende a se tornar cada vez mais

acirrada. Hoje, esse tipo de conflito está disseminado na região. A clássica visão da expansão da fronteira do sul para o norte e do leste para o oeste já não consegue explicar a natureza e a dinâmica das disputas no norte brasileiro, posto que a tendência atual é de conflitos disseminados por todo o território amazônico, abarcando áreas não necessariamente contíguas, e envolvendo sujeitos e instituições de distintos países.

Mas também cresce a criação e/ou consolidação de redes e fóruns integrados por movimentos sociais, grupos pastorais, organizações não-governamentais e academia, em uma necessária resposta integrada a uma ameaça que se apresenta global.

Artigo baseado em informação obtida de: "Amazon Hub", Building Informed Civic Engagement for Conservation in the Andes-Amazon (BICECA), <http://www.biceca.org/en/Index.aspx>; "Incorporação compulsória de territórios", e "IIRSA: os riscos da integração", Guilherme Carvalho, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA/UFPa) e técnico da FASE Amazônia – Núcleo Cidadania, publicado em Orçamento e Política Socioambiental Nº 17, setembro de 2006, Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC, <http://www.inesc.org.br/pt/publicacoes/boletins/boletim.php?oid=XGyKPM5ozlOetvHwajV6FgCFnwST07xN>;

início

- Bolívia: projeto de barragens no Brasil ameaça a vida das comunidades amazônicas

Em 11 de setembro deste ano, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis (IBAMA), que é a autoridade brasileira do Meio Ambiente, aprovou o Estudo de Impacto Ambiental para a construção de duas barragens no território brasileiro, sobre o rio Madera, o maior afluente do Amazonas.

O assunto tinha causado preocupação entre os cientistas bolivianos e brasileiros, já que, como surge dos dados do próprio estudo, as barragens fariam com que diminuísse a velocidade com a que flui a água, provocando mudanças na mesma e a deterioração de sua qualidade, além de impactos nos rios menores que entram ao Madera, aspecto que não foi levado em conta para a Avaliação do Impacto Ambiental. A área de inundação chegaria até a Bolívia e no tempo o leito do rio subiria de nível, piorando ainda mais o problema das inundações.

De outro lado, as mudanças previstas afetariam as condições de vida dos povoadores da região amazônica boliviana, os que obtêm a maior parte de seus alimentos e sustentação dos rios e da floresta. Representantes de organizações e instituições da região norte amazônica expressam alarmados que: "essas mudanças que se aproximam vão afugentar os peixes e vão trazer-lhes doenças e morte, e o mesmo vai acontecer com as aves e outros animais dos rios e os animais da floresta e também se afetarão seriamente a colheita da castanha e espécies das que é possível extrair madeira".

A floresta tropical que permaneceu nas mãos da Bolívia ainda está em bom estado de conservação. Além da agricultura, a caça e a pesca, a população vive basicamente de atividades extrativas como a colheita de castanha (*Bertholletia excelsa*), da que a Bolívia é a maior exportadora do mundo. A economia da castanha exige que a floresta permaneça inalterada. No entanto, a área brasileira destaca-se por uma grande destruição do meio ambiente, com a substituição da floresta por pastagem para a criação de gado e o deslocamento, muitas vezes forçado, de comunidades que foram a

engrossar as favelas das megacidades brasileiras. Para eles o desenvolvimento implicou passar a serem pobres da cidade e para os indígenas da região implicou, em muitos casos, seu extermínio físico.

Os habitantes da área rural da região amazônica cultivam nos banhados que deixam os rios quando passa a época das chuvas. As barragens propostas inundariam essas áreas de forma permanente, eliminando assim a base agrícola de numerosas comunidades. De outro lado, essa inundação permanente poluiria as águas que utilizam para beber, trazendo maiores problemas de malária, dengue, leishmaniose (uma doença parasitária infecciosa que afeta a pele), diarreia infantil e outras possíveis doenças, como já tem acontecido no Brasil, com a construção de outras barragens.

A construção de hidrelétricas costuma estar acompanhada da promessa de energia barata, mas como em outros casos, o custo astronômico da barragem e as instalações poderia transformar o mito da energia barata dos rios na triste realidade de altos custos e maior endividamento externo para os países envolvidos.

As duas barragens e sua linha de transmissão fazem parte na realidade de um projeto maior que inclui mais duas barragens; uma delas em águas divididas entre o Brasil e a Bolívia, outra no interior da Bolívia; e uma hidrovia de 4000 km de comprimento que obrigará a fazer grandes mudanças no sistema de rios da região para transformá-los em canais.

Perante a séria ameaça para a região amazônica, representantes de organizações e instituições da região norte amazônica –vereadores, universitários, representantes de comunidades, de associações de pescadores, de organizações indígenas, de professores rurais, CARITAS, IPHAE, Foro Regional Norte Amazônico, FOBOMADE, entre outros, reunidos na cidade de Riberalta, Bolívia, em 12 de outubro de 2006 resolveram:

“Pedir ao Governo Nacional, de forma extremamente urgente, que intervenha imediatamente perante o governo do Brasil e perante os organismos internacionais como as Nações Unidas, em defesa de nosso território, de nossos rios, a flora e a fauna, o meio ambiente e nossa forma de vida; também pedimos que se reconheça e leve em conta nosso direito a sermos oportunamente informados dos trâmites e resultados dessas gestões.

Advertir ao governo brasileiro que defenderemos nosso território em todas as instâncias internacionais, mostrando ao mundo como se projetam obras, desconsiderando as populações que habitam a Amazônia e o meio ambiente.

Convocar aos irmãos brasileiros preocupados e a serem atingidos pelas obras, para unir-nos em uma protesta mundial junto com outros povos e nações do mundo pela defesa de nosso território amazônico.”

Artigo baseado em informação obtida de: “Pronunciamento de la región amazónica de Bolivia en torno a las represas proyectadas sobre el Río Madera”, 12 de outubro de 2006, enviada pelo Foro Boliviano sobre Medio Ambiente y Desarrollo (FOBOMADE), e-mail: comunicación@fobomade.org.bo, <http://www.fobomade.org.bo>; “Destrucción de la Amazonía: Brasil aprueba EIA de represas que inundarán territorio boliviano”, Pablo Villegas, FOBOMADE, http://www.fobomade.org.bo/foro/doc/brasil_madera_bolivia.pdf

- Laos: que sabia a SmartWood quando emitiu o certificado?

No mês passado eu escrevi um artigo sobre a certificação pelo FSC da “atividade florestal de aldeias” no Laos. O artigo se baseava em um relatório vazado de um projeto do Banco Mundial e o governo finlandês, o Projeto de Florestamento Sustentável e Desenvolvimento Rural (SUFORD). O relatório do SUFORD documentava sérios problemas com a atividade madeireira do projeto, do que 39.000 hectares tinham sido certificados pela SmartWood de acordo com o sistema do Conselho de Manejo Florestal (FSC).

As florestas e os meios de vida dos moradores das aldeias têm sido seriamente danificados pela atividade madeireira em suas florestas. De acordo com o relatório do SUFORD, as equipes madeireiras têm cortado as árvores de resina dos moradores das aldeias e estão extraído mais madeira da que consta dos planos de manejo. O nível de atividade madeireira é guiado não pelos planos de manejo dos moradores das aldeias, mas pela demanda das serrarias locais e as cotas madeireiras estabelecidas no nível provincial.

O relatório do SUFORD constatou que a madeira que saía das florestas dos moradores das aldeias certificadas pelo FSC (e outras áreas de florestas na província de Savannahkhet) não estava corretamente marcada. “O rastreamento e a cadeia de custódia de árvores/troncos é portanto impossível” comentou o autor do relatório. A atividade madeireira descumprir os padrões do FSC e a lei florestal do Laos, que, como aponta o relatório do SUFORD, estabelece que os troncos que não estão corretamente marcados não podem movimentar-se. Isso é aplicável tenham ou não os troncos o selo do FSC.

Eu escrevi o artigo no mês passado para divulgar as constatações do relatório do SUFORD e para gerar um debate sobre a certificação. De acordo com Scott Poynton, Diretor de Tropical Forest Trust, nem ele nem a SmartWood conheciam o relatório do SUFORD antes de ler meu artigo. Meu artigo também gerou bastante debate.*

Neste artigo, eu gostaria de analisar um assunto que omiti tanto em meu artigo prévio quanto no debate que seguiu: Quanto sabia a SmartWood sobre se as operações madeireiras cumpriam com os padrões do FSC quando emitiu o certificado? É claro que esse assunto é fundamental para qualquer certificado, independentemente de se a operação certificada envolve atividade madeireira industrial, plantações de árvores com fins industriais ou operações florestais comunitárias em pequena escala.

A SmartWood emitiu o certificado em janeiro de 2006. Quatro meses depois, o SUFORD constatou que a atividade madeireira violava seriamente vários dos princípios e critérios do FSC. Em primeiro lugar pensei que a SmartWood tinha emitido um certificado sabendo que a operação certificada não cumpria com os padrões do FSC.

Como diz Scott Poynton, não é tão simples assim quanto mostra este pequeno período de tempo. “A verdade precisa de uma busca mais aprofundada na história do projeto” diz ele. Sugere que devemos voltar para junho de 2005 quando a SmartWood decidiu que todas as condições prévias tinham sido cumpridas. Houve então uma demora de seis meses na emissão do certificado, “devido à necessidade de traduzir exatamente o contrato, à necessidade das duas partes de entender-se, e por

causa das mudanças no pessoal em Savannahkhet”, de acordo com Poynton.

Poynton explica que “houve suficiente tempo entre junho de 2005 e maio de 2006 para que os sistemas se desarranjassem”. Em outras palavras, usando o argumento de Poynton, no momento em que a SmartWood emitiu o certificado, é perfeitamente possível que as operações não cumprissem os padrões do FSC.

A SmartWood nega essa possibilidade: “No momento em que o certificado do FSC foi emitido RA/SW [Rainforest Alliance/SmartWood] acreditava que as comunidades cumpriam com os padrões do FSC.”

Sugiro que precisamos voltar ainda mais no tempo do que sugere Poynton. O Sumário Público da SmartWood da avaliação inclui um registro do Processo de Avaliação da Certificação. De acordo com esse registro, os avaliadores da SmartWood visitaram as florestas que certificaram em Savannahkhet apenas uma vez, em maio de 2003, quase três anos antes da emissão do certificado.

Em maio de 2003, a equipe da SmartWood esteve três dias na província de Savannahkhet avaliando os 39.000 hectares de operações de “atividade madeireira de aldeias”. Eles inspecionaram dois carregadouros secundários de troncos, uma área que foi cortada em 1999 e uma área de atividade madeireira ativa. Também participaram em várias reuniões. Um ano depois, a SmartWood retornou para Savannahkhet mas não visitou qualquer operação florestal. Em julho de 2005, a SmartWood levou a cabo uma revisão de escritório e determinou que todas as condições prévias tinham sido cumpridas e que o certificado poderia ser emitido.

Em decorrência do relatório do USFORD e meu artigo baseado no relatório, a SmartWood vai realizar uma auditoria de campo em outubro de 2006. Já era hora. Tomara que os avaliadores da SmartWood sejam capazes de determinar se as operações florestais de aldeias cumprem com os padrões do FSC. No entanto, é extremamente improvável que possam determinar quando, por exemplo, o sistema de marcação da madeira se desarranjou. Isso pode ter acontecido a qualquer tempo entre maio de 2003 e maio de 2006.

Há dez dias, em uma discussão com Scott Poynton eu escrevi que “A SmartWood certificou uma operação sabendo que não cumpre com princípios e critérios do FSC ou a Lei Florestal do Laos” Agora percebo que a SmartWood certificou uma operação sem saber se cumpria ou não com os princípios e critérios do FSC ou a Lei Florestal do Laos. Não tenho certeza o que é pior, mas nenhuma das opções inspira muita confiança na SmartWood ou no sistema do FSC.

*O debate pode ser acompanhado aqui: www.pulpinc.wordpress.com/fsc.

Por Chris Lang, e-mail: chrislang@t-online.de, www.chrislang.blogspot.com

[início](#)

- Libéria: nova Lei Florestal provoca esperanças e dúvidas

Do mesmo modo como aconteceu em vários países do Sul que foram assediados durante séculos de colonialismo, a riqueza da Libéria tem sido flagelada. As florestas tropicais abrangem 47 por cento do território liberiano. Entre 1989 e 2003, os lucros decorrentes das florestas foram usados para financiar um brutal conflito impulsionado pela pilhagem das florestas. A madeira foi uma fonte chave das

facções armadas da Libéria. A madeira saía; o dinheiro e as armas entravam. Foram tantas as concessões outorgadas em forma corrupta que somaram um total superior à área territorial liberiana.

Em julho de 2003, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aplicou sanções às exportações madeireiras do país. O bloqueio das exportações madeireiras marcou o final da atividade de extração de madeira, e o ex – presidente Charles Taylor, que tinha fugido do país agora espera julgamento em Haia sob acusação de crimes de guerra. Guus van Kouwenhoven, empresário holandês integrante do círculo íntimo de Taylor, que dirigiu a notoriamente voraz Oriental Timber Company (OTC) já está na cadeia por ter descumprido o embargo de armas das Nações Unidas.

Depois daqueles anos de destrutiva guerra civil, tráfico ilegal de madeira e da enorme fraude para impulsionar o conflito, a Libéria aprovou uma lei florestal no dia 9 de outubro de 2006, em conformidade com novas políticas elaboradas com as Nações Unidas. A nova legislação possibilitará a implementação da primeira política florestal liberiana, que foi desenvolvida com a assistência da FAO em conjunto com vários parceiros internacionais (os Estados Unidos, a União Européia, o Banco Mundial, a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, sigla em inglês) e ONGs conservacionistas tais como Conservation International, Flora and Fauna International, e várias ONGs e indústrias liberianas) através da Iniciativa Florestal da Libéria.

De acordo com Silas Siakor, o vencedor do Prêmio Goldman do Ambiente para a África, a nova lei, que foi estimulada pelas sanções das Nações Unidas, é prometedora- se conseguir ser aplicada.

A lei separa 30 por cento das florestas como reservas, e garante que as comunidades locais deverão aprovar todas as concessões madeireiras e receberão 30 por cento dos lucros. Mas há uma virada inteligente - - os lucros serão derivados dos impostos sobre a propriedade e não das taxas da extração; portanto, as comunidades locais são incentivadas a assegurar-se de que não haja uma exploração excessiva de madeira a fim de garantir que a terra não seja desvalorizada e que os pagamentos continuem indefinidamente- - um modelo consideravelmente melhor se comparado com o tratamento que os EUA dão a suas próprias florestas nacionais!

Também existirão florestas disponíveis para concessões comerciais. A lei estabelece que as pessoas que estiveram envolvidas em guerras, corrupção ou abuso de autoridade são impedidas de usar esta opção. Contudo, muitos dos empresários que violaram alegremente as florestas liberianas ainda permanecem em troca de favores, cuidando dos seus outros interesses e estando alertas para as oportunidades da atividade madeireira.

E não apenas os cidadãos. No Fórum Internacional sobre Investimentos nas Florestas Tropicais, realizado em Cancun, México, no dia 26 de abril de 2006, o Vice-secretário assistente atuante dos EUA para o Ambiente, Daniel A. Reifsnyder anunciou com entusiasmo: “Estamos dando nosso apoio e nossa energia à Libéria”. Ele salientou que a “Conferência sobre Investimento Florestal será focalizada em vários aspectos do atraente investimento nas florestas tropicais naturais.” Existe um interesse comercial detrás de frases glamorosas como “manejo progressivo das florestas” e políticas conservacionistas cujo objetivo é fazer que o uso dos recursos florestais seja mais sustentável”. O funcionário dos EUA disse que “os investidores podem ao mesmo tempo obter benefícios e manter os recursos florestais para as futuras gerações.” Alguém pode dar algum exemplo de que o Grande capital esteja agindo assim, por favor?

Artigo baseado em informação obtido de: “Liberia enacts new forest policy with UN help to ensure benefits for all”, Serviço de Notícias das Nações Unidas

<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=20146&Cr=liberia&Cr1=>; New dawn for Liberia's 'blood forests', Richard Black, correspondente ambiental, BBC News, e-mail: Richard.Black-INTERNET@bbc.co.uk, <http://news.bbc.co.uk/2/low/science/nature/6035617.stm>; "Issues and Opportunities for Investment in Natural Tropical Forests", Daniel A Reifsnyder, Remarks to International Tropical Forest Investment Forum, México, 26 de abril de 2006, <http://www.state.gov/g/oes/rls/rm/2006/65800.htm>

[início](#)

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- Austrália: ONGs denunciam esquema de certificação do AFS

Em nossa edição anterior (Boletim Nº 110 do WRM), publicamos uma seção intitulada "A pior certificação de plantações", que incluía o caso do Esquema Paneuropeu de Certificação Florestal (PEFC, sigla em inglês), um programa que endossa esquemas nacionais de certificação.

O Standard Florestal Australiano (AFS, sigla em inglês) desenvolvido pela indústria madeireira australiana, o governo australiano e agências governamentais é o membro australiano do Conselho do PEFC. Também é um elemento primordial do Esquema Australiano de Certificação Florestal (AFSC, sigla em inglês), iniciado em 2000 a fim de providenciar um "esquema australiano de certificação florestal".

De modo semelhante a outros esquemas de certificação, o AFS contribui para a expansão de monoculturas de árvores em grande escala ao tempo que permite a transformação de florestas em plantações. E ainda, como atributo negativo adicional, tem sido duramente criticado pelas ONGs ambientais locais.

Em 2002, as organizações não governamentais ambientalistas da Austrália em nível nacional manifestaram, através de uma carta, a total rejeição ao Standard Florestal Australiano, desenvolvido pela indústria madeireira australiana, o governo australiano e agências governamentais.

As ONGs explicaram que devido ao reiterado fracasso do processo para abordar qualquer uma de suas preocupações, tinham se retirado do processo de desenvolvimento do Standard no início daquele ano porque tinham encontrado que "não havia nenhum envolvimento quanto aos interesses ambientais no desenvolvimento dos termos de referência do Standard nem da Comissão Diretiva. Os termos de referência foram desenvolvidos pelo governo federal australiano e a indústria madeireira sem fazer nenhuma consulta às ONGs ambientalistas nem a outras partes interessadas". Além disso, expressaram que as "repetidas tentativas das ONGs ambientalistas para abordar essas iniquidades foram rejeitadas por aqueles que conduziam o processo de desenvolvimento do Standard".

O Standard Australia- autodescrito como o máximo órgão de normas não governamental na Austrália, que garante o desenvolvimento efetivo de normas- recebeu as objeções das ONGs ambientalistas, mas não fez nenhuma tentativa de abordar suas preocupações ambientais, em especial, o desmatamento de florestas primárias, a transformação de florestas nativas e vegetação nativa em plantações, o desmatamento raso e o uso inapropriado de químicos.

Em 2002, todas as ONGs ambientalistas retiraram- se do processo por estarem preocupadas pela

falta de participação significativa e pelos conteúdos do projeto da norma. A partir de então, o AFS tem sido desenvolvido e concluído sem nenhum envolvimento, apoio ou endosso do setor. A preocupação das ONGs era devida à possibilidade de o governo australiano e a indústria madeireira tentarem, por um lado, conseguir o mútuo credenciamento com outros esquemas de certificação, e por outro, passar de forma enganosa o Standard como independente e apoiado pelo setor ambiental.

Em uma carta aberta publicada em outubro de 2005, as ONGs ambientalistas australianas denunciaram que “a despeito da falta de um Standard formal e da falta de participação das ONGs ambientalistas, uma organização credenciada apresenta-se como credenciada sob um “Standard” do AFS, enquanto as informações no website do AFS parecem implicar a participação contínua das ONGs ambientalistas. Afirma-se também que “as ONGs ambientalistas não endossam- nem endossaram- nenhum dos processos de estabelecimento das normas já que tanto o anterior quanto o atual projeto provisório de normas aceitam a madeira provinda do desmatamento de florestas nativas (incluindo habitats primários e de espécies ameaçadas) para a transformação em plantações de uma única espécie que serão certificadas, além do envenenamento de fauna nativa; e continua excluindo as ONGs ambientalistas de uma participação significativa nos processos de estabelecimento das normas.”

Como não é nem independente nem de terceiros, a pobre atuação do AFS aumenta sua responsabilidade como promotor dos “desertos verdes” e suas sérias conseqüências no ambiente e nas comunidades

Artigo baseado em informação obtida de: “Open letter to European Union Environment and Trade Ministers, timber retailers, consumers and other interested parties”, junho de 2003; “Open letter from Australian national ENGO’s campaigning for forest protection and sustainable forest management”, outubro de 2005, enviada por Jutta Kill, FERN, e-mail: jutta@fern.org

[início](#)

- Índia: espécies diferentes nas plantações, problemas iguais

Recentemente, tive a oportunidade de viajar à província indiana de Bengala Ocidental e de visitar os “povoados florestais” de Dhoteria, Bagora e Mayung nos distritos de Darjeeling, Kurseong and Kalimpong.

Para quem é de fora, a área montanhosa dos Himalaias parece estar coberta por densas florestas, formadas maioritariamente por árvores muito grandes. Porém, a população local sabe que essas não são florestas, senão antigas e novas plantações principalmente de duas espécies: cedro japonês (*Cryptomeria japonica*) e teca (*Tectona grandis*).

Na Índia, essas plantações foram iniciadas durante o governo colonial britânico sob o chamado “sistema Taungya”, que os britânicos implementaram primeiramente na Birmânia e mais tarde foi estendido a outras colônias. O nome do sistema, aparentemente técnico, serviu para ocultar seus enormes impactos sociais e ambientais. As populações foram deslocadas- através de mecanismos “voluntários” ou forçados- a áreas que seriam plantadas e foram estabelecidos nos chamados povoados florestais. A primeira atividade consistia em desmatar a floresta nativa e incendiar a vegetação sem valor comercial. A segunda atividade seria plantar as espécies selecionadas- inicialmente teca e mais tarde criptoméria. Depois disso, os silvicultores iriam “permitir” que os

moradores locais semeassem suas próprias lavouras entre as fileiras de árvores plantadas, o que, de fato, resultou em plantações livres de ervas daninhas. Quando o dossel fechasse e as lavouras não pudessem crescer por falta de luz solar, o povoado florestal simplesmente seria deslocado a uma nova área em que começaria de novo o mesmo processo.

A independência da Índia não provocou mudanças nas idéias nem na ação do Departamento Florestal que continuou a política colonial de dominação sobre a natureza e o povo. A população local providenciou inúmeras evidências disso ao ser entrevistada durante a viagem à região.

No povoado florestal Dhotera, um homem disse que tinha passado quase sua vida inteira na área. Ele disse que "a corporação cortou a floresta e plantou. Tratava-se de plantações mistas de espécies de madeira dura, mas aí descobriram que a criptoméria crescia mais rápido e somente essas espécies eram plantadas." Ele acrescentou que "no passado, os moradores se beneficiavam mais tanto das florestas quanto das plantações. Era possível encontrar e vender frutos e outras coisas. Os frutos da floresta são muito nutritivos. No entanto, o Departamento Florestal destruiu a floresta em 1974, então o povo seguiu o exemplo do governo e também destruiu a floresta argumentando que 'se vocês podem cortar, então nós também podemos'. Agora, as coisas pioraram porque a zona foi definida como uma "área de vida silvestre", então, nós não temos direitos e eles estão tentando despejar-nos como se fôssemos intrusos."

Outra pessoa disse que em sua área, originariamente havia muitas espécies de árvores e animais tais como cervos, ursos e tigres. Ele disse que "então eles plantaram teca e agora não é possível ver nem gado. As raízes dessas árvores não podem suportar o solo nem mantê-las de pé contra os ventos, portanto não podem dar a proteção providenciada pelas florestas."

Um jovem mencionou que muitas plantações são uma fraude, porque o Departamento Florestal "recebe o dinheiro, planta as árvores apenas ao longo da beira visível e o dinheiro não gasto vai para os bolsos dos silvicultores."

Uma senhora idosa disse que ela tinha chegado aí fazia 50 anos e tinha visto como a floresta desaparecia. Ela explicou que "naquela época a floresta era bem diversa e providenciava coisas mais que suficientes: fungos, fruta, vegetais, diferentes alimentos. Agora apenas existem os tocos daquelas árvores."

Evidências similares foram providenciadas por moradores do povoado florestal Bagora. Um homem explicou que "a floresta estava repleta de plantas medicinais, mas agora devemos usar os medicamentos do governo porque já não podemos encontrar aquelas plantas. Agora, os animais selvagens estão comendo nossas lavouras devido a escassez de alimentos nas plantações. A água está infectada e não é possível beber nos mananciais. As mesmas fontes que eram puras agora acarretam doenças." Ele lembrava que quando foram pagos para cortar a floresta estavam descalços, e acrescentou que "agora nós temos botas mas na floresta não resta nada. As criptomérias só nos deram problemas. Agora nós ainda temos que provar que moramos nessa área para evitarmos o despejo."

Outro morador descreveu o que ele disse que foi a plantação de teca mais antiga na Índia (plantada em 1864). Ele disse que o solo era muito mais fértil, com abundância de húmus florestal, mas que "depois de a floresta ser clareada, o húmus desapareceu." Ele enfatizou que "já não é necessário ter essas plantações. Não são boas nem para as pessoas nem para os animais. A teca fez que o povo empobrecesse. Não podemos levar o rebanho à plantação. A plantação afeta a vida silvestre e isso empobrece as pessoas. Não há mataçais e por isso não há alimentos nem plantas medicinais."

Um jovem disse que “um povoado foi erradicado por um deslizamento de terras”. Conforme os moradores, as árvores de teca não só não suportam o solo como também aumentam a erosão devida ao tamanho das gotas de água que se formam na superfície de suas grandes folhas. Essas gotas maiores do normal batem no solo caindo desde as altas copas das árvores- sem nenhum matagal para protegê-lo- e assim provoca erosão e deslizamentos de terra desde as ladeiras.

Outra pessoa disse que os moradores deste povoado tinham sido trazidos aqui pelos britânicos na década de 1940. Quando os britânicos foram embora, o governo indiano independente tomou posse, mas “não fez nada para ajudar- nos. A terra foi fragmentada e agora nós não temos suficiente terra e não podemos conseguí-la do governo. Agora há um caminho e uma escola porém, tiraram de nós nossa maior fonte de sustento. O Departamento Florestal mapeou a área, mas envolveu apenas uma pequena porção dos povos florestais. O restante é definido como invasão.”

Uma pessoa idosa acrescentou que “em 1942- 43, a área foi densamente florestada.” O Departamento Florestal os trouxe e deu- lhes terra, madeira para construção, terras individuais para moradias e pastagem. “Nós realizamos todo tipo de trabalho: desmatamento raso, produção de carvão, plantação de árvores.” O poder dos funcionários do Departamento Florestal era tal que “se eles chegavam, tínhamos que dar a eles gratuitamente leite, frangos e ovos.” Esse poder dos funcionários florestais ainda está presente embora de uma forma diferente: “ Nós não podemos tirar nada das plantações de criptoméria porque tudo o que nós fizemos é considerado ilegal.”

Os moradores sofrem profundamente a problemática do emprego. Um deles enfatizou que “não há empregos, porque a floresta é rigorosamente conservada e as plantações não providenciam nada para nós. Não há nada para comer, nem terras para pastagem nem lenha; nem sequer galhos secos.” De acordo com os moradores, o Departamento Florestal aumentou o assédio no local que eles definem como uma “indiscutível violação dos direitos humanos.”

Evidências semelhantes foram providenciadas pelos moradores do povoado florestal Mayung, que também mencionaram o fato de terem acontecido “muitos deslizamentos de terra nas plantações.” No tocante ao emprego, eles disseram que as plantações quase não fornecem empregos. No melhor dos casos, podemos trabalhar uns 15 dias... ao ano! Em decorrência disso, as pessoas estão migrando.

Contudo, eles também mostraram uma mudança que teve lugar em uma parte da área: uma plantação mista estabelecida em 1998. Essa plantação foi o resultado de um encontro realizado entre os moradores e o funcionário local do Departamento Florestal que se comprometeu a não estabelecer mais monoculturas.

Apesar de considerar que isso tenha sido um passo positivo, a escolha das espécies para a plantação mista foi realizada pelo Departamento Florestal sem consultar os moradores que teriam escolhido espécies mais benéficas. Nessa plantação, agora há matagal para forragem, frutas e plantas medicinais, fungos. Também agora há mais fauna como cervos, javalis, faisões. Eles estão contentes com isso, já que são mais favoráveis que as plantações de monocultura de teca e criptoméria (as quais são terríveis) mas “poderia ser bem melhor se nós tivéssemos sido consultados.” Agora eles estão fazendo uma cultura em fileiras alternadas (cardamomo, giesta).

Resumindo, a evidência providenciada pelos moradores locais nas áreas visitadas prova, mais uma vez, que as plantações de monoculturas de árvores- sejam quais forem as espécies escolhidas- são socialmente prejudiciais e ambientalmente destruidoras e nunca deveriam substituir as florestas. Agora, é necessário começar o processo de reaver a floresta tanto através do manejo das plantações

existentes quanto através das plantações com uma mistura de espécies locais. Mas também é necessário aprender da experiência do povoado florestal Mayung e envolver a população local na seleção das espécies plantadas para garantir que as futuras florestas sejam benéficas tanto no nível social quanto ambiental.

A visita foi organizada pelo Fórum Nacional de Povos das Florestas e Trabalhadores das Florestas (Comitê Regional de Bengala do Norte) e NESPON

Por Ricardo Carrere, e-mail: rcarrere@wrm.org.uy. Informações coletadas durante a viagem de campo organizada pelo Fórum Nacional dos Povos das Florestas e Trabalhadores das Florestas da Índia.

início

- Indonésia: problemas na fábrica. A UFS abrirá nova fábrica de lascas de madeira

Mais adiante neste ano, a United Fiber Systems planeja abrir uma nova fábrica de lascas de madeira com capacidade de 700.000 toneladas ao ano em Alle-Alle, na ilha de Pulau Laut. A fábrica é o primeiro passo da UFS nos desenvolvimentos de pasta propostos para Kalimantan. As lascas de madeira serão exportadas para alimentar as fábricas de pasta e papel na China.

Durante mais de um ano, a UFS tem estado envolvida em negociações para assumir o controle da fábrica de pasta de Kiani Kertas em Kalimantan Leste com capacidade de 525.000 toneladas. Em julho de 2005, a UFS assinou um acordo para manejar as operações na altamente endividada fábrica de pasta. "Nossa proposta de assunção de controle para Kiani Kertas ainda está sendo discutida com os proprietários" disse para o WRM Wong Vun Khi, diretor da UFS. A UFS também planeja construir uma fábrica de pasta com capacidade de 600.000 toneladas ao ano em Satui em Kalimantan Sul. "O trabalho de desenvolvimento para o projeto de fábrica de pasta de Satui está pronto em princípio, mas a data de começo para a construção da fábrica ainda não tem sido decidida" disse Wong.

Um novo relatório "No Chip Mill Without Wood" (Não há fábricas de lascas de madeira sem madeira) escrito por Betty Tio Minar e publicado por Down to Earth, documenta os problemas relacionados com a fábrica de lascas de madeira da UFS e os planos de pasta propostos em Kalimantan. Betty Tio Minar e Deddy Ratih de Walhi South Kalimantan visitaram recentemente a Europa para discutir os projetos propostos com ONGs, membros do público e potenciais financiadores da UFS na Alemanha, na Áustria e na Holanda.

Em uma reunião em Berlim, organizada por Watch Indonesia!, Minar explicou que as ONGs locais não têm conseguido obter cópias da AIA para a fábrica de lascas de madeira da UFS. A UFS precisa da autorização do Ministério Florestal para construir a fábrica e do Ministério do Transporte para construir um porto unido à fábrica. A UFS não tem recebido nenhuma dessas licenças. "O Governador de Kalimantan Sul ainda não tem outorgado sua recomendação para o projeto" disse Minar.

Ela acrescentou que pescadores locais já têm testemunhado os impactos da fábrica de lascas de madeira, já que os recifes de coral ao redor da ilha têm sido usados para construir o porto.

Deddy Ratih explicou que a UFS pagou menos que a taxa de mercado pela terra para a fábrica de lascas de madeira. Dos 320 postos na fábrica, apenas 30 serão preenchidos por pessoas da ilha de

Pulau Laut e apenas seis da aldeia de Alle-Alle. "As pessoas que venderam suas terras para a fábrica de lascas de madeira esperavam empregos" disse Ratih. "Agora elas não têm terras nem empregos."

A UFS alega que ela apenas usará madeira das plantações para alimentar suas operações. Eu pedi para a UFS cópias de estudos independentes de onde provirá a madeira. "Todos os estudos florestais preparados por consultores independentes contratados pela UFS são documentos confidenciais" respondeu o diretor da companhia Wong Vun Khi. Down to Earth comenta que "a incapacidade da UFS de fornecer dados sobre a fonte potencial do abastecimento de madeira indica a probabilidade de que as florestas naturais em Kalimantan Sul e outras regiões mais afastadas sejam destruídas – legalmente ou ilegalmente para satisfazer suas necessidades."

Down to Earth tem calculado a área de plantações que seria necessária para alimentar cada uma das operações de pasta propostas da UFS. A fábrica de lascas de madeira requererá uma área de 85.895 hectares. A fábrica existente de Kiani Kertas precisa aproximadamente de 170.000 hectares de plantações para funcionar com máximo rendimento. A fábrica de pasta de Satui proposta da UFS requererá aproximadamente 200.0000 hectares de plantações.

A companhia de plantação de propriedade do estado Inhutani II tem uma plantação de acácias de 50.000 hectares em Pulau Laut, que poderia potencialmente fornecer porção da madeira para a fábrica de lascas. Mas em maio de 2006, a Inhutani II uniu-se ao Global Forest and Trade Network, programa do WWF para promover a madeira "eco-amigável" para os compradores internacionais. A Corporação Financeira Internacional do Banco Mundial tem estado trabalhando com a Inhutani II por quase três anos, fornecendo assistência técnica e assessoria.

Darius Sarshar de WWF explicou que atualmente, aproximadamente 20 por cento da produção da Inhutani II é de qualidade de troncos para serrar. É provável que isso aumente. "Os preços de dos troncos para pasta nunca vão atingir os dos troncos para serrar, e se isso acontecesse, qualquer fábrica de pasta provavelmente faliria rapidamente" disse ele. "É portanto em interesse comercial de Inhutani II maximizar sua produção de troncos para serrar e achamos que eles vão continuar a fazê-lo."

Através de uma subsidiária, a PT Hutan Rindang Buana (PT HRB), a UFS tem uma concessão de plantações que cobre aproximadamente 250.000 hectares. O diretor da UFS Wong Vun Khi disse para o WRM que a PT HRB tem plantado 75.000 hectares. Mas a consultora florestal Jaakko Pöyry estima que há apenas 60.000 hectares plantados. Down to Earth cita uma ONG local que diz que apenas 15.000 estão em boas condições para fornecer matéria prima.

É um pouco parecido com o truque do mágico com três copos e uma moeda" disse Liz Chidley de Down to Earth. "A UFS tenta criar a ilusão de que tem suficientes plantações para os três empreendimentos, mas se olharmos cuidadosamente, não as tem."

Down to Earth faz uma série de recomendações, incluindo uma revisão independente imediata da sustentabilidade do fornecimento de madeira para todos os desenvolvimentos propostos da UFS. "A UFS deve, prioritariamente, trabalhar na mitigação dos impactos ambientais e sociais de sua fábrica de lascas de Alle-Alle e não deveria emitir-se qualquer licença para o projeto de pasta de Satui" estabelece o relatório.

Mas o problema não é apenas a falta de plantações. As plantações em grande escala são em si mesmas ambientalmente e socialmente destruidoras. Como evidencia o relatório, os investimentos com pasta são feitos às expensas dos meios de vida dos povos locais. Down to Earth recomenda que

em vez de “priorizar os interesses dos investidores” o governo indonésio deveria “apoiar as iniciativas de manejo florestal comunitário que são sustentáveis tanto da perspectiva ambiental quando da perspectiva dos meios de vida.”

O relatório de Down to Earth “No chip mill without wood” está disponível em inglês ou bahasa-indonésio aqui: <http://dte.gn.apc.org/camp.htm>, ou impresso em dtecampaign@gn.apc.org (inglês) ou dteindocamp@gn.apc.org (bahasa-indonésio).

Por Chris Lang, e-mail: chrislang@t-online.de, www.chrislang.blogspot.com

[início](#)

- Estados Unidos: oposição à Conferência dos EUA sobre Plantações de Rápido Crescimento

A conferência da União Internacional de Organizações de Pesquisa Florestal (IUFRO) “Forest Plantations Meeting: Sustainable Forest Management with Fast Growing Plantations” (Reunião de plantações florestais: manejo florestal sustentável com plantações de rápido crescimento) realizada em 10-13 de outubro de 2006 enfrentou grande oposição de diferentes grupos de justiça ambiental e ecológica.

Os grupos envolvidos na oposição atuaram em solidariedade com aquelas pessoas do Sul Global que estão sofrendo por causa das plantações de monoculturas madeireiras em grande escala –da Ásia (incluindo Índia, Indonésia, Tailândia, Malásia, Camboja, Laos, Birmânia, Vietnã) até a África (incluindo África do Sul, Zimbábue, Nigéria, Uganda, Gana), a América Latina (incluindo Brasil, Uruguai, Argentina, Chile, Equador, Peru) e Oceânia (incluindo Aotearoa/Nova Zelândia, Austrália).

O sul dos EUA onde a conferência da IUFRO foi realizada, alberga algumas das maiores plantações madeireiras do mundo, estando um de cada cinco acres coberto por plantações, principalmente de pinus taeda. A área tem testemunhado uma terrível conversão da floresta nativa para plantações madeireiras industriais e os habitantes pobres do meio rural têm sido muito atingidos. Carolina do Sul é também onde a ArborGen, uma joint venture da International Paper, a MeadWestvaco, e a Rubicon da Nova Zelândia, está sediada. A ArborGen foi uma das patrocinadoras da conferência e é a líder na pesquisa e desenvolvimento de árvores geneticamente modificadas (GM). Carolina do Sul alberga a maioria dos campos de testes dos EUA.

Os seguintes são alguns dos pontos principais da oposição:

- Um mês antes da conferência, Dogwood Alliance, Global Justice Ecology Project, ForestEthics e a Campanha STOP GE Trees fizeram uma viagem de divulgação pelo sudeste dos EUA para conscientizar sobre os efeitos das plantações de monoculturas madeireiras em grande escala nessa região e no Sul Global, incluindo a ameaça da introdução das árvores GM nessas plantações.
- Imediatamente antes da conferência da IUFRO realizamos nosso Foro Público “A Tree Farm Is Not A Forest” (Uma fazenda de árvores não é uma floresta). No início, sua realização estava prevista no Prédio de Ciências da Universidade de Charleston, mas a Decana se opôs quando soube que a indústria não se apresentaria e impediu que utilizássemos o prédio. Não obstante, realizamos a estréia do foro no auditório do Centro de Negócios da Universidade. A controvérsia gerada pela Decana ajudou a aumentar a assistência.

- No dia da estréia da conferência da indústria, Earth First! e Rising Tide uniram-se a nós para encaminhar uma mensagem contra as plantações (e contra as árvores GM) à conferência da indústria. Em uma viagem de barco para Fort Sumter –o primeiro evento oficial da conferência da indústria- os manifestantes navegaram em botes mostrando diferentes cartazes, incluindo alguns em espanhol e português, em solidariedade com nossos amigos no Chile e no Brasil. A ação causou sensação no barco, tanto entre os assistentes da conferência quanto entre os outros 200 turistas. O capitão do barco aparentemente aprovou a medida, já que apontou o polegar para cima para a equipe dos manifestantes.

- Depois, nosso relatório "The Ecological and Social Impacts of Fast Growing Timber Plantations and Genetically Engineered Trees" (Os impactos ecológicos e sociais das plantações madeireiras de rápido crescimento e as árvores geneticamente modificadas) foi apresentado dentro da conferência da indústria. Danna Smith de Dogwood Alliance falou do impacto das plantações de pinus taeda em grande escala sobre os ecossistemas e as comunidades rurais do Sul dos EUA e Neil Carman de Sierra Club falou da destruição ecológica massiva que ocorreria se as florestas nativas fossem poluídas pelo pólen e as sementes das árvores GM. A Co-Diretora do Global Justice Ecology Project, Anne Petermann, falou da resistência ativa às plantações de árvores em grande escala existentes, pelas comunidades indígenas como os Mapuches no Chile e os Tupinikins e Guaranis no Brasil e por movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Petermann também descreveu os potenciais impactos sociais sobre as comunidades indígenas e rurais das plantações de eucaliptos e pinus geneticamente modificadas nesses países.

A apresentação incluiu fotografias tiradas no passado mês de novembro de aldeias construídas por Tupinikins e Guaranis em terras que tinham reivindicado de vastas plantações de eucaliptos de propriedade da Aracruz Celulose, o maior exportador de pasta de eucalipto branqueada do mundo. Também há fotografias do aniquilamento dessas aldeias por forças governamentais utilizando equipamento da Aracruz Celulose. A apresentação também incluiu imagens da resistência Mapuche às plantações no Chile e da repressão que tem enfrentado nas mãos do governo –que tem tirado do fundo velhas leis da época de Pinochet para serem usadas contra os ativistas Mapuches.

As apresentações geraram muita controvérsia na conferência da indústria. Um representante da Aracruz Celulose impugnou a descrição de sua companhia- especialmente na apresentação de Petermann, que incluía a ação do Dia Internacional das Mulheres levada a cabo mais cedo neste ano no Brasil em um viveiro da Aracruz Celulose onde 2.000 mulheres com máscaras da Via Campesina destruíram aproximadamente 8 milhões de mudas de eucaliptos. Ele respondeu fazendo o oferecimento de uma viagem às instalações de sua companhia e plantações no Brasil para que as pessoas vejam por elas mesmas. Repassamos seu oferecimento a nosso aliados no Brasil que queiram aceitá-lo.

- Das atividades de Charleston formou-se um grupo e sua primeira ação oficial foi o teatro de guerrilha contra a ArborGen no café da manhã da DoubleTree para os participantes da indústria na conferência. Esse grupo local vai ser extremamente importante, especialmente com a ArborGen localizada a aproximadamente 20 milhas de Charleston.

- Todos esses esforços ajudaram a conceptualizar uma rede potencial "Sul-para-Sul" para opor-se às plantações de monoculturas madeireiras em grande escala e árvores GM (basicamente uma rede entre o Sul dos EUA e o Sul Global) que estão relacionados devido às ameaças que cada um deles enfrenta das plantações madeireiras e as árvores GM. Achamos que é importante para a resistência no Sul Global saber que há pessoas no sul dos EUA que também estão lutando contra as plantações e que evidenciam sua solidariedade com as comunidades no Sul Global. Essa iniciativa do Sul para o

Sul pode ajudar a transpor algumas das deficiências internacionais e há grandes movimentos que estão sendo levados a cabo no Sul Global que são inspiradores para as pessoas do norte industrializado.

Por Orin Langelle e Anne Petermann, Global Justice Ecology Project, e-mail: langelle@globaljusticeecology.org, globalecology@gmavt.net

[início](#)

- IFS: um esquema de certificação da indústria florestal para a indústria florestal

A Iniciativa Florestal Sustentável- lançada em 1995 pela American Forest & Paper Association (AF&PA), a associação de comércio de madeira mais poderosa no mundo- abrange uma área de 40.485.830 ha nos Estados Unidos e no Canadá. Trata-se, essencialmente, de um esquema de certificação da indústria florestal para a indústria florestal. As companhias membro da AF&PA, que incluem as maiores madeireiras nos Estados Unidos e Canadá e os maiores distribuidores atacadistas de produtos madeireiros, são responsáveis por 82% dos fundos do IFS.

Com seu modelo de florestamento “cortar uma árvore, plantar uma árvore” o IFS está garantindo que a indústria madeireira sustente o fluxo de fibra mas não faz nada para sustentar os ecossistemas florestais e até permite a transformação de florestas em culturas de árvores.

Longe do Objetivo 4.1.4 de seu standard que exige “manejar a qualidade e a distribuição dos habitats de flora e fauna e contribuir para a conservação da diversidade biológica, através do desenvolvimento e implementação de medidas em nível de paisagem e povoamento que promovam a diversidade de habitats e a conservação de animais e plantas das florestas” a realidade é bem diferente.

As florestas temperadas do Sul dos EUA são algumas das florestas mais ricas biologicamente na América do Norte. Essas florestas estão sob o ataque de companhias aderidas à IFS. Nos últimos dez anos, companhias membro da IFS tais como International Paper (IP) têm expandido a produção de papel no Sul dos EUA, acelerando o desmatamento e a transformação de florestas nativas diversas em plantações de árvores de uma única espécie.

No Pântano Verde- parte da Eco- região Florestal Litorânea do Atlântico Médio, a IP tem transformado uma área de diversidade, de zona úmida natural florestada em uma monocultura de plantação de pinheiro. O manejo intensivo dessas plantações industriais de árvores (sulcagem, drenagem, corte e espargimento de herbicidas) tem degradado em forma significativa o habitat de muitas espécies vegetais e animais nativas dessa área tais como a dionéia (*dioneae muscipula*), plantas carnívoras, pica- pau do penacho vermelho (*picoides borealis*) e waccamaw killifish (*fundulus waccamensis*).

No período de 1997 a 2000, estima-se que aproximadamente 225 toneladas de herbicidas- uma variedade de cerca de 22 marcas diferentes e misturas- têm sido espalhadas sobre a Planície Costeira da Carolina do Norte incluindo o Pântano Verde. Quando os fiscais que trabalham com a Divisão de Qualidade da Água da Carolina do Norte investigaram o uso de químicos da IP no Pântano Verde, encontraram que, “Com base neste trabalho de campo parece que esses herbicidas estão sendo amplamente usados na área sem considerar a presença de acéguas ou zonas úmidas permanentemente alagadas. Com base nessas observações de campo, a DWQ acredita que o espírito e a carta dos selos da EPA não foram seguidos e que esses herbicidas estão sendo aplicados

nas águas superficiais." (13 de julho de 2000).

A ONG americana Rainforest Action Network está liderando uma forte campanha para dizer "NÃO" à IFS, a qual- eles dizem- "nos EUA tem destruído a maior parte de nossas florestas primárias; tem levado centenas de peixes, vida selvagem e espécies vegetais à beira da extinção; tem prejudicado a qualidade da água; tem transformado florestas nativas biologicamente diversas em plantações de monoculturas de árvores; e agora está experimentando de forma imprudente com árvores geneticamente modificadas. A despeito disso tudo, a indústria madeireira pretende que as pessoas comprem madeira com um eco- rótulo que eles mesmos lhe deram. É o lobo vigilando o galinheiro. Os madeireiros chamam a isso de Iniciativa Florestal Sustentável, ou IFS. Nós o chamamos a Mesma Indústria Florestal de Sempre."

Artigo baseado em informação obtida de: "Footprints in the forest. Current practice and future challenges in forest certification", FERN, 2004;
http://www.fern.org/media/documents/document_1890_1900.pdf; "International Paper In The Southern U.S.", <http://www.dontbuysfi.com/reports/IPSFI.pdf>; "Take Action", RAN, <http://www.dontbuysfi.com/action/>

início

EM DESTAQUE: MUDANÇA CLIMÁTICA

- As mulheres na vanguarda da reversão da mudança climática

Um aprofundado relatório feito por Leigh Brownhill e Terisa E. Turner ("Climate Change and Nigerian Women's Gift to Humanity" –Mudança climática e o presente para a humanidade das mulheres nigerianas-) analisa a resistência nigeriana à exploração de petróleo massiva –que não tem trazido qualquer benefício para os habitantes do país (ver Boletim do WRM Nº 56) e salienta o papel fundamental das mulheres nessa luta.

A organização nigeriana Environmental Rights Action disse em 2005 que "Na Nigéria se queima mais gás que em outras partes do mundo. As estimativas são notoriamente pouco confiáveis, mas aproximadamente 2,5 bilhões de pés cúbicos de gás associados com petróleo em bruto são queimados dessa forma todo dia. Isso equivale a 40% de todo o consumo de gás natural da África em 2001, enquanto a perda financeira anual para a Nigéria é de aproximadamente USD 2,5 bilhões. As chamas têm contribuído com ainda mais gases de efeito estufa que toda a África subsaariana combinada. E as chamas contêm um coquetel de toxinas que afetam a saúde e meios de vida das comunidades locais, expondo os residentes do Delta do Níger a um maior risco de mortes prematuras, doenças respiratórias infantis, asma e câncer."

No Boletim Nº 100 do WRM também descrevemos a forma em que grandes porções de florestas de mangue são sufocadas devagar pelos numerosos derramamentos de petróleo que permeiam as águas costeiras e córregos e cobrem as raízes expostas dos mangues que absorvem ar.

No entanto, o povo nigeriano não tem testemunhado essa destruição massiva sem resistência. Os ambientalistas na Nigéria, principalmente entre os Ogoni, Ijaw e outros grupos étnicos no Delta do Níger rico em petróleo, incluindo o MOSOP (Movimento para a Sobrevivência do Povo Ogoni), têm tentado persistentemente deter a chama de gás da Shell. Como resposta, em 10 de novembro de

1995, KenSaro-Wiwa, e oito membros do MOSOP foram enforcados pela ditadura militar da Nigéria (ver Boletim do WRM N° 27).

Em 11 de dezembro de 1998, o recentemente formado Conselho Jovem Ijaw, atuando como parte do movimento multi-étnico pan-Delta Chikoko emitiu a Declaração de Kaiama, que estabelecia que todas as terras e recursos naturais pertenciam às comunidades e exigia que “todas as companhias petrolíferas detivessem todas as atividades de exploração e exploração na área de Ijaw. Estamos cansados da queima de gás, dos derramamentos de petróleo, estouros e de sermos chamados de sabotadores e terroristas.”

Em 1º de janeiro de 1999, ativistas no Delta do Níger lançaram a ‘Operação Mudança Climática’ para fechar as estações de fluxo de petróleo e chamas de gás no Delta. O que foi concebido como um programa de desobediência civil não violenta de dez dias, com ocupação de estações de fluxo e tentativas para deter a queima, acabou durando várias semanas. A Operação Mudança Climática afetou seriamente cinco companhias petrolíferas -Agip, Chevron, Mobil, Shell, Texaco-. A administração militar apoiada pela Shell respondeu com um estado de emergência. Dois navios de guerra e até 15.000 homens foram utilizados. Muitas mulheres foram violadas por soldados. Os soldados utilizando um helicóptero e botes da Chevron atacaram os ambientalistas que estavam ocupando uma perfuração, matando mais de cinquenta pessoas e destruindo dúzias de lares.

Dúzias de grupos de mulheres de todo o Delta, mobilizadas em uma organização tutelar multi-étnica chamada Niger Delta Women for Justice, tomaram as ruas em Port Harcourt. As mulheres camponesas nigerianas pediram a solidariedade das mulheres e outros ativistas internacionais em uma campanha conjunta para proteger a vida, colocando um freio às depredações das “Big Oil” (gigantes petrolíferas). Os ambientalistas na Nigéria e no Reino Unido descreveram sua Operação para deter a queima de gás da Shell como um “presente para a humanidade” porque procurava cortar as emissões de carbono que ameaçam a humanidade no todo.

As conseqüências para aqueles envolvidos na campanha do “presente para a humanidade” desenvolveram-se pelos seguintes oito anos em três eixos: primeiro, o aprofundamento da militância dentro do Delta do Níger a respeito da demanda de ‘controle de recursos’ democrático; segundo, o atingimento de sucesso significativo na expulsão de companhias petrolíferas do Delta do Níger; e em terceiro lugar, a experiência da contra-insurgência violenta promovida pelo estado Nigeriano e as companhias petrolíferas estrangeiras. Essa terceira dimensão das conseqüências colocou em evidência as relações de poder empíricas entre mulheres que tentam deter aos perpetradores de ecocídio e aqueles homens que obtêm benefícios da produção de petróleo expandida com suas crescentes emissões mortais.

Em 2005, os grupos de mulheres nigerianas, incluindo Niger Delta Women for Justice que tinham contribuído com uma moratória sobre a queima de gás foram chamadas de “terroristas” pelo governo que foi envolvido ainda mais profundamente na ‘guerra ao terror’ global dos EUA.

O “presente para a humanidade” das mulheres nigerianas provocou um pulo na consciência global sobre o terrível destino comum de toda a humanidade se poluidores específicos entre a panelinha dos 400+ bilionários do mundo forem autorizados a atuar desenfreadamente fora do controle democrático, bem como provocou e acelerou um vagalhão internacional de mobilização coordenada (ver mais informação no relatório).

Em janeiro de 2006, os tribunais nigerianos ordenaram à Shell que detivesse a queima de gás natural. A Shell tem apelado da sentença. A gigante petrolífera também tem sido incapaz de retornar a

Ogoniland desde 1993. Em uma entrevista em 23 de setembro de 2006, Owens Wiwa disse que "As mulheres Ogoni foram as que mais contribuíram para evitar que a Shell operasse em Ogoniland durante a passada década. Esse é um sucesso maior, não apenas porque a Shell foi expulsa de forma não violenta mas também porque temos estabelecido o precedente para toda a Nigéria e na realidade o mundo inteiro: sem o acordo dos povos locais, nenhuma companhia petroleira pode ingressar. Um tremendo preço tem sido pago em perdas de vidas humanas. Mas a revogação pelo governo da licença de operação da Shell é uma tremenda vitória e se deve em grande parte ao compromisso das mulheres comuns das aldeias, na maioria organizadas através da Federação de Associações de Mulheres Ogoni."

A detenção de todas as operações da Shell em Ogoniland significa menos queima de gás, menos emissões de carbono e menos aquecimento global. A detenção não se limita à Ogoniland. Em todo o Delta, aproximadamente 600.000 barris ao dia ou aproximadamente um quarto da produção total da Nigéria foi encerrada durante todo o ano de 2006. Isso ocasiona um corte massivo nas emissões de gás de efeito estufa.

As mulheres nigerianas lideraram uma iniciativa global memorável para deter as emissões de gás de efeito estufa. A ação internacional coordenada e suas conseqüências sugerem táticas que, se fossem adotadas mais geralmente hoje, prometem sucesso na complexa luta para reverter a mudança climática.

Extraído e adaptado de: "Climate Change and Nigerian Women's Gift to Humanity", por Leigh Brownhill e Terisa E. Turner, Centre for Civil Society,
<http://www.ukzn.ac.za/ccs/default.asp?2,40,5,1153>

início

- Os biocombustível não apenas não resolvem como também agravam a mudança climática

O volume de combustíveis fósseis que a civilização "petroleira" queima em um ano contém uma quantidade de matéria orgânica equivalente a quatro séculos de plantas e animais.

"Devemos acabar com o vício do petróleo " disse George W. Bush em uma Mensagem à Nação. Mas não estava pedindo à população que usasse menos combustível. Pelo contrário, lançou a "Iniciativa de Energias Avançadas", que aumenta o orçamento federal em 22% para destiná-lo à pesquisa de tecnologias de energia "limpas". Isso inclui os biocombustíveis, tais como o etanol e o biodiesel, que são obtidos de óleos de lavouras agrícolas convencionais (como soja e milho) ou outras oleaginosas (em especial o dendê), cana de açúcar ou outros cereais.

Diante do problema do aquecimento climático provocado pela enorme emissão de carbono, os governos dos países industrializados não pensam em reduzir a demanda senão que tentam dar um jeito através dos fornecimentos. A substituição de petróleo por biomassa implica a ocupação de enormes extensões de terra com monoculturas.

A União Européia pretende que, para finais de 2007, 2% do uso do combustível que agora utiliza seja proveniente do biodiesel, aumentando a 6% para 2010 e a 20% para 2020. No entanto, é pouco provável que dedique seus solos a este tipo de culturas: o custo do biocombustível é bastante mais baixo se as culturas energéticas forem produzidas em outros países. E não é apenas pelo custo.

Como afirma o jornalista britânico George Monbiot: “Para mover nossos carros e ônibus com biodiesel seriam necessários 25. 9 milhões de hectares. Existem no Reino Unido 5.7 milhões de hectares. Se isso acontecesse em toda a Europa, as consequências sobre o fornecimento de alimentos seriam catastróficas: o suficiente para inclinar a balança e passar de ser excedentários a ser deficitários líquidos. Se, como alguns ambientalistas reclamam, isso tivesse que ser feito em escala mundial, então, a maior parte da superfície arável do planeta deveria estar voltada a produzir alimentos para carros, não para pessoas. Estas perspectivas, parecem, à primeira vista, ridículas. Se não fosse possível cobrir a demanda de alimentos, o mercado não se asseguraria de que as colheitas fossem usadas para alimentar pessoas, em vez de veículos? Não existem certezas a esse respeito. O mercado responde ao dinheiro, e não às necessidades”.

Portanto, começou a seguinte fase da colonização e o mundo industrializado volta-se para aos países do Terceiro Mundo, onde as empresas podem apossar-se de grandes extensões de terra e mão de obra barata e despreocupar-se dos graves impactos ambientais que acarreta o estabelecimento de grandes plantações de monoculturas, das que serão refinados os biocombustíveis, à custa de florestas e de terras aptas para a cultura de alimentos.

Assim, as plantações de soja na Argentina vão deslocando aos poucos as florestas de quebracho no Chaco, ao tempo em que no Paraguai substituem o Pantanal, Mata Atlântica e Chaco e no Brasil, floresta amazônica, pantanal, Mata Atlântica, cerrado e caatinga. Entre 1990 e 2002, a área de dendezeiro plantada em nível mundial aumentou em 43%. A maior parte deste crescimento ocorreu na Indonésia e Malásia. Entre 1985 e 2000, as plantações de dendezeiro foram responsáveis por 87% do desmatamento da Malásia e há planos para ocupar 6 milhões de hectares a mais de florestas. Em Sumatra e Bornéu, cerca de 4 milhões de hectares de florestas foram transformadas em terra de cultura de dendezeiros. Na Indonésia, foram despejados de suas terras milhares de indígenas e os trabalhadores indonésios das plantações sofrem o rigor das condições de trabalho e a brutal repressão sindical (vide boletim Nº 109 do WRM). Os incêndios florestais que freqüentemente cobrem a região de fumaça são provocados majoritariamente pelos lavradores de dendezeiros (vide boletim Nº 97 do WRM). Toda a região está se transformando em um campo gigante de azeite vegetal. Na Uganda, começou a destruição de florestas tropicais e terras florestais indígenas para a produção de dendê e açúcar, e após serem desmatadas as florestas da península Bwendero, as ilhas Ssesse estão sendo destruídas por fortes ventos e salários baixos (vide boletim Nº 109 do WRM).

O argumento da “bondade” dos biocombustíveis é que não contribuem às emissões de carbono; sua combustão devolve à atmosfera o dióxido de carbono que as plantas absorveram quando estavam crescendo no campo, e assim seriam “neutras quanto às emissões de carbono”. Mas isto é apenas verdade dependendo do que havia no solo antes de a plantação ser estabelecida. O desmatamento e queima de florestas para dar lugar às plantações de dendê liberam enormes reservas de carbono. Nas florestas pantanosas, que crescem em turfas, quando as árvores são cortadas, os plantadores dessecam o solo. Quando a turfa se seca, se oxida e libera ainda mais dióxido de carbono que as árvores.

Por outro lado, pesquisas de David Pimentel, professor da Universidade de Cornell em Nova York e Tad Patzek, professor de engenharia química na Universidade de Berkeley na Califórnia, revelam que com os métodos de processamento atuais, se gasta mais energia fóssil para produzir o equivalente energético em biocombustível. Mesmo quando as pesquisas incluem em seus cálculos a energia necessária para construir as plantas processadoras, a maquinaria agrícola, e o trabalho --que não é comum que sejam incorporados neste tipo de análise--, não incluem os custos do tratamento de desperdícios e dejetos, ou os impactos ambientais das culturas bioenergéticas intensivas como a perda de solos e a poluição ambiental pelo uso de fertilizantes ou praguicidas. Isso tudo põe por terra

aquilo da neutralidade dos biocombustíveis quanto às emissões de carbono.

Os biocombustíveis não pretendem modificar o modelo atual de produção insustentável de energia destinada a um consumo insustentável e não farão mais que acrescentar novos problemas para a humanidade. Mas seu pior pecado é que vêm fantasiados de solução.

Artigo elaborado com base na informação obtida de: Resistencia, N° 60, Boletim de Oilwatch, abril de 2006, <http://www.biodiversidadla.org/content/download/28726/133766/version/1/file/Boletin+Resistencia+N%B0+60+-+BIOCOMBUSTIBLES.pdf>; "Las Nuevas Repúblicas del Biocombustible", http://www.eco-sitio.com.ar/ea_07_republicas_biocombustible.htm; "¿Representan los biocombustibles alternativas ecológicas al petróleo?", Ambientalistas en Acción, http://www.censat.org/A_A_Analisis_177.htm

início

- O Banco Mundial: um comerciante de carbono que não tem nada de neutral

O Banco Mundial chegou a ser o principal comerciante internacional de créditos de carbono. Esse novo papel cria uma série de conflitos de interesses.

Na terceira conferência em Kyoto, em dezembro de 1997, os grupos da Convenção- Marco das Nações Unidas sobre Mudança Climática, lançaram o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). O MDL foi concebido como um esquema para permitir que os países com objetivos de reduzir as emissões sob o Protocolo de Kyoto investissem em projetos voltados à redução de emissões de gases de efeito estufa nos países do Sul. Em forma simultânea, o Banco Mundial revelou sua proposta para o comércio do carbono, um Fundo Protótipo de Carbono (FPC). O fundo foi oficialmente aberto em 1999. A partir de então, o Banco tem criado mais dois fundos de carbono e administra vários fundos em nome de países doadores individuais, entre eles Itália, Países Baixos e Espanha.

O Banco Mundial é o maior agente de bolsa público de compras de carbono, com mais de 1.000 milhões de dólares em sua carteira de créditos de carbono. Documentos internos sobre as origens do FPC mostram que foi criado para obter lucros. O Banco ganha até 10% em comissões, sobretudo nos créditos de carbono que ele compra para o fundo que administra.

As seguintes críticas questionam o papel do Banco como comerciante de carbono:

* O Banco Mundial ocupa um lugar em que tanto pode obter lucros do MDL como influir nas regras do mecanismo, criando-se assim um conflito de interesses. O Banco tem pressionado ativamente o MDL para fazer suas regras mais amigáveis como investidor e menos importantes quanto a evitar a mudança climática. Em particular, o Banco tentou enfraquecer a interpretação do conceito de fundamental importância do MDL, a "adicionalidade", quer dizer que um projeto só deveria ser elegível para crédito de carbono na medida em que não pudesse ser realizado sem os benefícios que recebe destes créditos. O enfraquecimento destas regras permite que os projetos sigam adiante mesmo quando não contribuam à redução das emissões de gases de efeito estufa.

* Os fundos de carbono do Banco estabelecem um vergonhoso precedente ao comprar créditos de projetos que igualmente teriam sido desenvolvidos mesmo que não tivessem recebido a qualificação de créditos de carbono. Por exemplo, o projeto de hidroenergia Xiaoushan na China foi declarado

pelo Banco Asiático de Desenvolvimento como a opção de projeto de menor custo, e estava já em construção quando o Banco Mundial propôs apoiá-lo com créditos de carbono. Neste caso, os créditos de carbono deram um bom subsídio aos investidores, mas não evitaram de modo algum a emissão de gases de efeito estufa. Todos os sistemas de créditos de carbono, incluído o do Banco Mundial, permitem que os compradores do Norte continuem poluindo, e assim, finalmente, têm um impacto negativo no clima global.

* Finalmente, o papel do Banco Mundial como comerciante de carbono aponta as contradições dentro da própria carteira de projetos de energia do Banco. O Banco continua contribuindo à mudança climática por seu apoio a projetos de combustíveis fósseis, mesmo quando parece ajudar a solucionar o problema da mudança climática através de seus fundos de carbono. Entre 1992 e 2004, o Banco Mundial apoiou em média projetos de combustíveis fósseis que têm emissões para toda a vida de 1.457 megatons de carbono. Esta quantia é de quatro a 29 vezes a quantia anual das supostas reduções de emissões antecipadas conforme o MDL.

A produção de emissões do conjunto dos projetos de energia financiados pelo Banco excede amplamente a (suposta) redução de emissões realizadas através dos fundos de carbono. Através do FPC, o Banco contabiliza as emissões de gases de efeito estufa que supostamente foram evitadas pelos projetos de créditos de carbono. No entanto, rejeita calcular as emissões de carbono de sua própria carteira de investimentos energéticos. Dessa forma, o Banco contabiliza o que evita mas não o que produz, mascarando assim o impacto líquido de suas operações de energia sobre a mudança climática.

Aqueles que aceitam o Banco como um honesto e imparcial agente de carbono devem estar cientes de que os investimentos da instituição estão conduzidos em grande medida pelo país mais sedento de petróleo do mundo, os EUA, e por outras nações urgidas do mesmo combustível. Até que a estrutura de poder do Banco Mundial não seja refeita, continuará sendo uma instituição com obrigações com os poluidores mais poderosos do mundo.

Extratado e editado de: "Cómo el marco de energía del Banco Mundial le hace trampa al clima y a los pobres. Una Respuesta de la Sociedad Civil al Marco de Inversión del Banco Mundial para Energía Limpia y Desarrollo"; setembro de 2006; Centro de Informação Bancária, Projeto de Bretton Woods, Campanha pela Reforma do Banco Mundial, CEE Bankwatch Network, Amigos da Terra-Internacional, Instituto de Estudos Políticos, Rede Internacional de Rios, Oil Change Internacional, Urgewald; http://www.seen.org/PDFs/Marco_Energia_ONG.shtml; "En sentido contrario desde Río. El camino del Banco Mundial hacia la catástrofe climática", Jim Vallette, Daphne Wysham e Nadia Martínez; Rede de Energia e Economia Sustentáveis/ Instituto de Estudos Políticos / Instituto Transnacional; dezembro de 2004, http://www.seen.org/PDFs/Sentido_contrario_Rio.pdf

início

- Árvores transgênicas: contradições nas Convenções das Nações Unidas

A 9ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, realizada em Milão em 2003, permitiu que os governos e as companhias do Norte estabelecessem plantações no Sul sob o "Mecanismo de Desenvolvimento Limpo" do Protocolo de Kioto, que supostamente absorveriam o dióxido de carbono e armazenariam carbono. A COP-9 possibilitou o uso de plantações de árvores de engenharia genética (também conhecidas como árvores geneticamente modificadas ou

árvores transgênicas] como sumidouros de carbono, que supostamente, compensariam as emissões de carbono.

A partir de então, várias organizações e representantes de movimentos sociais da Europa Ocidental e do Leste, bem como da América do Norte e do Sul têm questionado o modelo de monocultura de árvores em grande escala devido aos impactos negativos que provoca em nível social e ambiental, e têm exigido a proibição das árvores transgênicas (vide Boletim N° 90 do WRM). Em março de 2006, a 8ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, realizada em Curitiba, Brasil, exigiu uma moratória na liberação das árvores transgênicas no meio ambiente.

O fato de a CDB ser capaz de sustentar uma posição tão firme contra as árvores transgênicas indica a enorme preocupação sobre as singulares e importantes ameaças provocadas pelas árvores de engenharia genética. A geneticista, Dra. Ricarda Steinbrecher da Federação de Cientistas Alemães faz um resumo da questão, "Este resultado da CDB, que recomenda uma abordagem preventiva a respeito das árvores transgênicas, representa o primeiro passo no reconhecimento dos perigos das árvores transgênicas. Será uma ajuda tanto para as ONGs quanto para os cientistas a fim de enviarem uma mensagem de alerta urgente a todas as nações sobre a insuficiência de dados científicos a respeito das conseqüências das árvores transgênicas que ameaçam as florestas e as comunidades indígenas e locais do mundo inteiro- e, portanto, sobre a vital importância de deter qualquer liberalização, no mínimo, até esses dados e avaliações estarem disponíveis."

Contudo, ao tempo que a CDB reconhece o potencial prejuízo das árvores transgênicas, a Convenção sobre Mudança Climática aceita que elas sejam usadas. É por isto que numerosas organizações decidiram enviar uma forte mensagem à Convenção sobre Mudança do Clima que será realizada em Nairobi, no próximo novembro. Foi elaborada uma carta aberta para os delegados solicitando que a Convenção- Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima acabe com "a contradição entre sua própria decisão em prol das árvores transgênicas e a firme decisão da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica contra as árvores transgênicas", a fim de "fazerem coincidir suas políticas com as da CDB" e de" proibirem imediatamente a liberação das árvores de engenharia genética."

As destruidoras plantações não são a solução para a crise energética, e as plantações de árvores transgênicas poderiam ser um verdadeiro desastre para a Humanidade

[início](#)

Boletim Mensual do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Este boletim também está disponível em francês, espanhol e inglês
Editor: Ricardo Carrere

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Maldonado 1858 - 11200 Montevideo - Uruguay
tel: 598 2 413 2989 / fax: 598 2 410 0985
wrm@wrm.org.uy
<http://www.wrm.org.uy>

